



LÍNGUA PORTUGUESA

Utilize o texto abaixo para responder às perguntas:

Quando está triste, coxeia. É assim desde o começo, quando deu os primeiros passos agarrado ao armário branco da casa de seus pais. Começou a andar direito e assim prosseguiu o caminho habitual dos homens, mas sempre que alguma coisa correu menos bem (uma bolacha que lhe foi recusada, uma sopa que o forçaram a sorver, um grito que ouviu a meio do dia, um beijo que lhe foi deixado em suspensão) ele perdeu a força numa das pernas. Hoje, varado de saudade da ex-mulher, caminha sozinho e coxo pelas ruas escuras da aldeia. Não se preocupa nem um pouco com a chuva que o encharca da cabeça aos pés, nem com o frio. Leva sim a mão à perna direita como quem tenta trazê-la à razão. E pela primeira vez em quarenta anos repara: a dor não vem do joelho nem do pé, nem sequer vem do osso epicôndilo medial. É o nervo ciático que lhe dói. Atravessa-lhe a perna inteira mas insiste mesmo é na coxa. A mesma sob a qual todos aqueles que lhe fizeram promessas colocaram a mão, mas logo em velocidade a retiraram. Continua então o seu caminho pela aldeia, agarrado aos muros brancos, sem grande epifania, só mais dorido que o habitual. Coxeia, porque quando está triste ele coxeia.

Matilde Campilho. In: Flecha. São Paulo: Editora 34, 2022.

1) (CESPE / CEBRASPE - 2023 - Prefeitura de São Cristóvão - SE - adaptada) Conclui-se do texto que o personagem:

- a) Caminha à noite
- b) É um indígena
- c) Sente dores em razão da saudade da ex-mulher
- d) Acaba de receber um diagnóstico médico



2) (CESPE / CEBRASPE - 2023 - Prefeitura de São Cristóvão - SE - adaptada) Infere-se do texto CB1A7 que o personagem manca em razão de:

- a) Uma deformidade de nascença
- b) Sequelas de um acidente
- c) Por questões emocionais
- d) Porque anda agarrado aos muros da aldeia

3) Assinale a alternativa que corresponde à figura de linguagem contida no trecho: "...varado de saudade da ex-mulher, caminha sozinho e coxo pelas ruas escuras da aldeia...":

- a) Eufemismo
- b) Anacoluto
- c) Prosopopéia
- d) Metáfora

4) Assinale a alternativa que contém um sinônimo do verbo "coxear", contido no trecho "Coxeia, porque quando está triste ele coxeia.":

- a) mancar
- b) carrear
- c) empuxar
- d) rebocar



5) Na frase: “Mesmo os especialistas às vezes têm dificuldade para dizer se uma foto é real ou não”, o verbo está conjugado na:

- a) segunda pessoa do plural
- b) primeira pessoa do singular
- c) terceira pessoa do plural
- d) terceira pessoa do singular

DIREITO CIVIL

6) De acordo com o disposto na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LinDB), é correto afirmar que:

- a) A regra geral é a admissão da reprimenda de normas.
- b) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- c) A ab-rogação é a revogação parcial de uma norma e é verificada quando a lei nova apresenta regramento incompatível com a norma parcialmente revogada.
- d) A derrogação é a revogação integral de uma norma e exige a forma expressa.

7) Em relação ao inadimplemento das obrigações, segundo o Código Civil:

- a) O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado
- b) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, da data em que for cientificado judicialmente.



c) Purga-se a mora, por parte do devedor, oferecendo este a prestação mais a importância dos prejuízos decorrentes do dia do evento

d) Nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que deveria praticar o ato.

8) Em matéria de danos materiais e/ou morais, o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento atual e dominante que:

a) No transporte desinteressado, de simples cortesia, o transportador só será civilmente responsável por danos causados ao transportado quando incorrer em dolo ou culpa grave.

b) O mero descumprimento contratual, em princípio, é o suficiente para ensejar responsabilização ao pagamento de indenização por danos morais, visto ultrapassar o incômodo do cotidiano da vida em sociedade.

c) O shopping center e a empresa administradora do estacionamento são responsáveis por indenizar o consumidor vítima de roubo à mão armada ocorrido na cancela para ingresso no estacionamento, ainda em via pública

d) Em caso de dano moral decorrente de transporte aéreo internacional, aplicam-se as convenções de Varsóvia e Montreal, e não o Código de Defesa do Consumidor.

9) João e Pedro eram proprietários de uma casa de 150m². Cada um tinha 50% da fração ideal do imóvel. Como não davam muita atenção para o imóvel, Geraldo e Regina, que não possuíam outra residência, passaram a morar na casa, com ânimo de donos. Depois de mais de cinco anos residindo, eles ajuizaram ação pedindo o reconhecimento de usucapião extraordinária. O juiz, na sentença:



- a) Julgou improcedente o pedido, pois Geraldo e Regina não tinham justo título e ainda não haviam completado 15 anos na posse do imóvel.
- b) Julgou procedente o pedido, pois Geraldo e Regina possuíam justo título.
- c) Utilizando-se do princípio da fungibilidade e aplicando os requisitos da usucapião ordinária, julgou procedente o pedido.
- d) Utilizando-se do princípio da fungibilidade e aplicando os requisitos da usucapião especial urbana, julgou procedente o pedido.

10) (VUNESP) Tadeu é dono de um gato, que, em diversas situações, é encontrado no terreno de sua vizinha, Paula. Cansada dos estragos que o gato faz em sua casa, Paula o procura para saber quais as providências pode tomar em relação às constantes invasões. De acordo com o previsto no Código Civil,

- a) Paula é obrigada a tolerar que Tadeu entre no seu imóvel, sem aviso prévio, desde que seja exclusivamente para se apoderar do gato.
- b) Desde que a entrada no imóvel de Paula tenha sido exclusivamente para reaver o gato, Tadeu não é obrigado a ressarcir eventuais danos causados.
- c) Paula pode exigir de Tadeu a construção de tapumes especiais para impedir a passagem do gato. Nesse caso, Paula não está obrigada a concorrer para as despesas.
- d) Paula pode altear a parede divisória, se necessário reconstruindo-a, para suportar o alteamento para impedir a passagem do gato. Nesse caso, arcará com todas as despesas, inclusive de conservação, mesmo se Tadeu adquirir meação também na parte aumentada.



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11) Sobre os atos do processo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os atos processuais são em regra públicos, podendo ser determinado o segredo de justiça em processos nos quais constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.
- b) O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça é restrito às partes e aos seus procuradores, mas o direito de pedir certidões de seus atos alcança a todos.
- c) Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso da língua portuguesa.
- d) Fixado calendário pelas partes, em comum acordo com o juiz, dispensa-se a intimação delas para a prática de atos processuais.

12) Em relação ao pedido formulado na petição inicial:

- a) O pedido deve ser certo, não sendo possível ao julgador realizar uma interpretação que considere o conjunto da postulação e o princípio da boa-fé.
- b) É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.
- c) Não é lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, se não houver conexão entre eles.
- d) Quando, para cada pedido, corresponder tipo diverso de procedimento, não será admitida a cumulação.



13) Segundo o Código de Processo Civil, são requisitos para a concessão de tutelas de urgência:

a) A probabilidade do direito, o perigo de dano e a comprovação de urgência contemporânea à propositura da ação.

b) A probabilidade do direito, o risco ao resultado útil do processo e a urgência contemporânea à propositura da ação

c) A probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo

d) O perigo de dano e o risco ao resultado útil do processo, apenas.

14) O CPC/2015 passou a adotar o princípio da primazia da resolução de mérito. Assinale a alternativa em que o juiz não resolverá o mérito, excepcionando o princípio mencionado:

a) Quando acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção.

b) Quando homologar a renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.

c) Quando homologar a transação.

d) Quando verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual.

15) No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade da obrigação de fazer ou não fazer:

a) Para a efetivação da tutela específica, o Juiz poderá determinar, entre outras medidas, a imposição de multa, a busca e apreensão, a remoção de pessoas e coisas, o desfazimento de obras e o impedimento de atividade nociva.



b) O executado incidirá nas penas de litigância de má-fé quando injustificadamente descumprir a ordem judicial, no entanto, não há espaço para sua responsabilização por crime de desobediência.

c) A aplicação de multa pelo descumprimento da ordem judicial depende de requerimento da parte e só poderá ser aplicada na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.

d) A multa será devida desde o dia da decisão e incidirá até a data do efetivo pagamento das astreintes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16) A respeito da administração pública, assinale a alternativa correta:

a) Somente a administração pública direta deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

b) Tanto a administração pública direta quanto a administração pública indireta deverão obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

c) A administração pública direta deverá obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, enquanto a administração pública indireta deverá obedecer somente aos princípios de legalidade, publicidade e eficiência.

d) Somente a administração pública indireta deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, já que subordina-se à administração direta.



17) Suponha que o Poder Executivo do Município de Leopoldina/MG, para o melhor desempenho das suas funções estatais, criou, mediante lei, novas secretarias, despidas de personalidade jurídica, a partir de uma desconcentração administrativa. Nessa esteira, essas secretarias de governo se configuram como:

- a) organizações não governamentais
- b) autarquias municipais
- c) fundações públicas
- d) órgãos públicos

18) Com relação aos diversos tipos de responsabilidade dos servidores públicos, é INCORRETO afirmar que:

- a) a sentença penal absolutória que conclui pela inexistência do fato ou pela negativa de autoria exclui a responsabilidade administrativa do servidor;
- b) a responsabilidade civil do servidor público é subjetiva, dependendo da comprovação de sua culpa ou dolo;
- c) a responsabilidade administrativa do servidor público federal não pode ser apurada mediante sindicância;
- d) a obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, mas somente até o limite do valor da herança recebida.

19) Acerca do controle judicial dos atos administrativos discricionários, pode-se corretamente afirmar que

- a) o controle judicial do ato administrativo discricionário é possível, mas terá que respeitar a discricionariedade administrativa nos limites em que esta é assegurada à administração pública pelo ordenamento jurídico.



b) o ato administrativo discricionário sempre é isento de controle judicial, tendo em vista que o juízo de conveniência e oportunidade é privativo do poder executivo, não podendo este ser substituído pelo juiz, sob pena de ofensa ao princípio da separação dos poderes.

c) o ato administrativo discricionário é passível de total controle judicial, em todos os seus elementos, tendo em vista o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.

d) o controle judicial dos atos administrativos discricionários permite ao poder judiciário revogar o ato administrativo, mas não decretar sua nulidade, prerrogativa exclusiva da administração pública.

20) (Banca FAUEL) _____ é considerada uma conduta inadequada praticada por parte de agentes públicos ou terceiros, que causa danos à Administração Pública. No sentido de garantir uma conduta apropriada por parte dos agentes públicos, a Lei 8.429/92 foi instituída para dar materialidade ao tema. Assinale a alternativa com o termo que completa CORRETAMENTE a lacuna acima.

- a) Garantia fundamental.
- b) Irregularidade administrativa
- c) Improbidade administrativa.
- d) Licitação.

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

21) (CONSULPLAN - 2017 - TJ-MG - Oficial de Apoio Judicial - ADAPTADA)
Segundo a Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar:



- a) As empresas públicas da União podem ser parte nos processos regulados por essa lei.
- b) O processo instaurar-se-á com a apresentação do pedido, que necessariamente deverá ser escrito, à Secretaria do Juizado.
- c) Independentemente do valor da causa, as partes podem comparecer pessoalmente, sem assistência de advogado.
- d) O Juizado Especial Cível possui competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, incluindo-se a ação de despejo para uso próprio.

22) O Juiz Leigo dirigiu a instrução de um processo, sob a supervisão do Juiz Togado, e, ao final, proferiu sua decisão. Ao encaminhá-la ao Juiz Togado, este não poderá:

- a) Homologar a decisão.
- b) Discordar da decisão e proferir outra em substituição.
- c) Designar nova instrução para que seja apto ao julgamento do processo.
- d) Determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.

23) A respeito do recurso contra a sentença proferida nos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta:

- a) Caberá apelação, nos termos do Código de Processo Civil, mas o recurso será encaminhado à Turma Recursal.
- b) No recurso, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado.
- c) A Turma Recursal é composta por três juízes, togados ou leigos, que se reúnem na sede do Juizado.



d) A apelação deverá ser proposta no prazo de 15 dias.

24) Em relação à condenação por honorários advocatícios no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta:

a) A sentença de primeiro grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé.

b) O recorrente, vencedor, sempre pagará as custas e honorários de advogado.

c) Em segundo grau, o recorrente, vencido, pagará as custas e honorários de advogado, que serão fixados entre doze e quinze por cento do valor da condenação.

d) A sentença de segundo grau não condenará o vencido em custas e honorários de advogado, ressalvados os casos de litigância de má-fé.

25) A conciliação e a mediação são informadas pelos seguintes princípios, EXCETO:

a) Oralidade

b) Confidencialidade

c) Decisão informada

d) Congruência

DIREITO DO CONSUMIDOR APLICADO AOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS



26) (VUNESP - 2022 - Câmara de Orlândia - SP - Procurador Jurídico - Adaptada) Sobre consumidores por equiparação, é correto afirmar que:

- a) o Código de Defesa do Consumidor não contempla proteção a quem efetivamente não tenha intervindo nas relações de consumo.
- b) para efeitos da legislação consumerista, é possível considerar consumidor por equiparação, exclusivamente, uma coletividade determinável de pessoas.
- c) a lei consumerista equipara a consumidor todas as vítimas do evento lesivo, quando se tratar de defeito do produto e do serviço.
- d) tal conceito é aplicável apenas para questões que envolvam a existência de vício do produto e do serviço.

27) (DPE-RJ - 2021 - DPE-RJ - Residência Jurídica - adaptada) Roberto adquiriu uma televisão para sua residência em uma grande rede de lojas de nome comercial “Beta”, devidamente instalada em sua residência. Para inaugurar sua televisão, convidou seu amigo Cristian para assistir a um jogo de futebol em sua casa. No horário do jogo, os dois se sentaram em frente a TV e, ao ligar o aparelho no controle remoto, a televisão veio a explodir, causando ferimentos tanto em Roberto como em Cristian. Analisando a situação narrada, é possível afirmar que:

- a) Roberto é conceituado como consumidor padrão e Cristian consumidor por equiparação e a fornecedora do produto responde de forma objetiva com relação a ambos, com base no Código de Proteção e Defesa do Consumidor.
- b) Roberto é consumidor padrão e Cristian consumidor por equiparação e a fornecedora do produto responde de forma objetiva com relação a Roberto e subjetiva com relação a Cristian, com base no Código de Proteção e Defesa do Consumidor.



c) Tanto Roberto como Cristian são considerados consumidores padrão, conceito trazido pelo caput do artigo 2º do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, uma vez que o Código adotou a teoria maximalista para conceituação de consumidor, respondendo a fornecedora do produto de forma objetiva.

d) Tanto pelos danos provocados a Roberto como a Cristian, a fornecedora do produto responde de forma objetiva, com base na teoria do risco integral adotada pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor, não se admitindo causas excludentes de responsabilidade.

28) (VUNESP - 2022 - TJ-RJ - Juiz Leigo - Adaptada) Acerca do conceito de serviços abarcados pelo Código de Defesa do consumidor (CDC), é correto afirmar que:

a) serviços de natureza bancária são regidos por legislação específica e não são cobertos pelo CDC.

b) se exclui da lista de serviços por ele tutelados os de natureza trabalhista.

c) quaisquer serviços gratuitos não são abarcados pelo CDC.

d) serão assim considerados, apenas quando efetivamente remunerados.

29) A respeito dos tipos possíveis de vulnerabilidade do consumidor na relação de consumo, é correto afirmar que:

a) a vulnerabilidade técnica decorre da falta de conhecimento jurídico específico, ou da falta de conhecimento sobre contabilidade ou economia, e resguarda o consumidor não profissional e o consumidor pessoa natural.

b) a vulnerabilidade fática ou socioeconômica é aquela em que o fornecedor, por sua posição de monopólio, fático ou jurídico, por seu poder econômico



ou em face da essencialidade do serviço, impõe sua superioridade a todos que com ele contratam.

c) a vulnerabilidade informacional está relacionada com a falta de conhecimentos específicos do consumidor sobre o produto ou serviço que está adquirindo, possibilitando que seja mais facilmente enganado quanto às características do bem ou quanto à sua utilidade.

d) a vulnerabilidade jurídica ou científica deriva da propaganda ou publicidade sobre o produto ou serviço, envolvendo a apresentação de dados insuficientes capazes de influenciar no processo decisório de compra do consumidor.

30) (TJ-PR - 2017 - TJ-PR - Comarca de São João do Ivaí - Juiz Leigo) De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), é possível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor:

a) Em qualquer demanda, sendo o único requisito a condição de consumidor do reclamante/autor;

b) A critério do juiz, no processo civil ou penal, quando for verossímil a alegação do consumidor ou quando este for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

c) A critério do juiz, no processo civil, quando for verossímil a alegação do consumidor ou quando este for hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

d) Apenas quando o consumidor comprovadamente demonstrar hipossuficiência econômica.

